

ARQUIVO 3

Potencialidades e Dificuldades para Utilização de Museus como Recursos Turísticos: um estudo em Belo Horizonte - MG

Marcela Cougo¹, Nelson Antônio Quadros Vieira Filho²

1 Turismóloga, Mestranda em Turismo e Meio Ambiente, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG. E-mail: marcelacougo@yahoo.com.br

2 PhD (Univ. Manchester). Antropólogo. Professor e Coordenador do Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG. E-mail: nelson.quadros@una.br

Resumo

Este artigo aborda questões relacionadas ao patrimônio cultural e sua importância como atrativo para o turismo cultural. A partir disso, situam-se os museus como instituições históricas fundamentais na preservação do patrimônio cultural e mostra-se sua relação com o turismo. Através de pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semi-estruturada com a responsável pela gestão do Museu histórico de Belo Horizonte - MG objetiva-se conhecer as ações de "revitalização" do mesmo, assim como compreender a relação dos turistas com o Museu. Na conclusão, sugerem-se algumas ações que permitem um desenvolvimento maior da relação entre museus e turismo.

Palavras-chave: turismo, museus, patrimônio, Museu histórico Abílio Barreto.

Potentialities and Difficulties for Use of Museums as Tourist Attraction: the study of the Historical Museum of Belo Horizonte - MG

Abstract

This article explores issues related to cultural heritage and its importance as an attractive for cultural tourism. Museums are discussed as important historical institutions for the preservation of cultural heritage as well as in their relations with tourism. The paper aims to identify the actions of "revitalization" undertaken by the historical museum of Belo Horizonte - MG, and its relation with tourism by means of bibliographical and documental research and a semi-structured interview carried out with the director of the museum. In the conclusion, some actions are suggested to foster the development of the relationship between museums and tourism.

Keywords: tourism, museums, heritage, Museu histórico Abílio Barreto

Introdução

Sabe-se o potencial de nosso país para atrair turistas de todo o mundo, ao mesmo tempo em que conhecemos as grandes limitações do planejamento para a área que têm explicação, principalmente, na escassez de recursos frente as inúmeras demandas sociais. O consumo de bens culturais é uma das principais motivações da atividade turística, e a preservação do patrimônio cultural constitui uma das bases de sustentabilidade da própria atividade. Os museus, como instituições permanentes a serviço da sociedade e local de conservação, investigação e comunicação de culturas, é visto como tendo um grande potencial para a exploração turística. Este artigo objetiva contribuir para a discussão desses temas, a partir de um estudo de caso do museu histórico da cidade de Belo Horizonte - MG, Museu histórico Abílio Barreto (MhAB).

Na primeira seção do artigo os conceitos de patrimônio cultural, turismo cultural e museus e suas relações são discutidos sucintamente. Na segunda, através de pesquisa documental, discorre-se sobre o estudo de caso, apresentando-se um breve histórico do MhAB, suas principais características, serviços oferecidos à comunidade, política de acervo e projetos atuais de difusão cultural e educação patrimonial. Revê-se também a bibliografia sobre a revitalização do MhAB com o objetivo de resgatar o histórico das intervenções no Museu entre 1993/2003. Em seguida apresentam-se os resultados da entrevista com a diretora do museu Dra. Thaís Pimentel. A entrevista teve como objetivo compreender, através da perspectiva da gestão do museu, os fatores, dificuldades e desafios relacionados às ações de revitalização do MhAB desde 1993 e a relação entre o turismo e o museu. A escolha da entrevistada se deu pelo seu envolvimento com o museu desde 1993. Dra. Thaís está no seu segundo mandato como diretora, além de ter sido presidente da Associação de Amigos do MhAB (AAMHAB). Na conclusão, apresenta-se algumas sugestões para o MhAB no sentido de atender melhor as necessidades dos turistas e incrementar seu potencial enquanto atrativo turístico. Enfatiza-se ainda a importância de se estreitar a relação entre museus e turismo em geral.

Patrimônio Cultural, Turismo Cultural e Museus

De acordo com Camargo (2006), o patrimônio é característica das sociedades industriais e surge com a Revolução Francesa por razões práticas ajustadas a ideologia do Estado Nacional. Para proteger e catalogar as propriedades da monarquia, aristocracia e da igreja, um grande esforço de organização surge, apesar do estabelecimento de legislação consistente vir apenas sessenta anos após a Revolução.

Nomeando o conjunto de bens culturais e apropriando-se deles, o estado-nação cria "[...] referências comuns a todos que habitavam um mesmo território [...]" (RODRIGUES, 2001, p.16). Se considerado digno de ser legado a gerações futuras, o patrimônio é determinado por uma coletividade em um espaço de tempo. É um processo simbólico de legitimação social e cultural. Para Silva (2005) o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade.

De acordo com Barretto (2002), o patrimônio é amplamente classificado entre natural e cultural. O patrimônio cultural era entendido como aquelas "obras de arte" das belas artes e arquitetura (pinturas, palácios, etc) pertencentes às classes dominantes. Atualmente, ele é sinônimo não só de obras monumentais, mas também de hábitos e costumes das mais diversas sociedades e culturas. Silva (2005) coloca que o patrimônio cultural compreende todos aqueles elementos

que fundam a identidade de um grupo e diferem dos demais.

Na Constituição Brasileira o patrimônio cultural consiste em:

[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - As formas de expressão; II - Os modos de criar, fazer e viver; III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2001, p.200).

O conceito de patrimônio cultural envolve o feito humano e é reflexo da sociedade que o produz. Porém, nem sempre é fruto da coletividade. Ele pode ser consequência de contextos políticos e econômicos apesar de assumidos pela coletividade de forma autônoma (MARTINS, 2006, p.43). Para Vinuesa (2004) o patrimônio cultural é o principal recurso turístico. O turismo oferece oportunidade de recuperação e valorização do patrimônio arquitetônico e urbanístico além de proporcionar recursos para melhorar a paisagem urbana.

As grandes transformações sociais decorrentes da industrialização implicaram em contínuas renovações urbanas que muitas vezes descaracterizava núcleos históricos, muitos deles recentemente tombados ou protegidos. "O entendimento de que a própria atividade turística pode funcionar como motivadora da manutenção da identidade local coloca o turismo como uma das grandes alternativas econômicas atuais para os núcleos preservados." (SIMÃO, 2001, p.18).

A tendência de valorização comercial do patrimônio se deu no Brasil a partir, entre outros, da assinatura da Carta de Quito (1967) que recomenda que "[...] os projetos de valorização do patrimônio fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas" (RODRIGUES, 2001, p.18). O turismo cultural é, na contemporaneidade, uma das mais fortes formas de valorização comercial do patrimônio.

De acordo com o International Scientific Committee on Cultural Tourism (ICOMOS, 1976), turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins - a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada.

Para a Organização Mundial do Trabalho, como coloca Alfonso (2003, p.6), o turismo cultural é definido como "[...] a possibilidade que as pessoas têm de conhecer a história natural, o patrimônio humano e cultural, as artes e a filosofia, e as instituições de outros países e regiões." O turismo cultural é acesso ao patrimônio cultural por aqueles turistas que não buscam somente repouso e lazer. "[...] aqueles que se dedicam a praticar o turismo cultural consomem aspectos do patrimônio de um determinado local com a intenção, é de se supor, de compreender tanto o lugar como aqueles que vivem ou viveram nele." (CLUZEAU, 2000, p.122, apud ALFONSO,

2003, p.6).

Tendo em vista a importância do patrimônio cultural como atrativo e motivação turística, trataremos o turismo cultural como atividade valiosa na manutenção e transformação do patrimônio e desenvolvimento econômico. Para Dias (2003) além das vantagens econômicas, o turismo cultural pode provocar mudanças de atitude em relação às culturas e ao patrimônio tanto dos turistas quanto dos políticos e gestores públicos. É importante salientar que a má utilização do potencial turístico e a falta de planejamento da atividade em regiões distintas podem resultar na depreciação do patrimônio local em todas as suas formas.

Dentre os principais atrativos culturais, estão os museus. Estes vêm sendo cada vez mais procurados por turistas que começam a ter consciência da importância da preservação cultural e do benefício que o intercâmbio entre as culturas traz para seu dia a dia e para o desenvolvimento da população como um todo.

A origem da palavra museus está na Grécia antiga: casa das musas, filha de Zeus e da deusa Mhemosyne, deusa da memória. Os museus estão intimamente ligados às questões de poder, memória e ao ato de colecionar. Assim como a noção de patrimônio, já explicitada anteriormente, o surgimento dos museus está ligado aos estados nacionais modernos e sua concepção de guardar o que era da elite. A posse de coleções de objetos, obras de arte e gabinetes de curiosidades¹ era sem dúvida reflexo de poder econômico e político, e pouco acessíveis à população "comum".

De acordo com Vasconcellos (2006) o primeiro museu público europeu surgiu em 1683 na Inglaterra e seu acesso era restrito a especialistas e universitários. O segundo foi em Paris (1750) também para visita de estudantes e para a classe artística, onde foi exposta ao público parte da coleção real francesa. No Brasil, os mais antigos museus se formaram a partir de iniciativas de D. João VI sendo eles o museu da Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro (1815) e o Museu Nacional do Rio de Janeiro (1818).

Com a ascensão da burguesia na Europa após a Revolução Francesa, uma nova concepção foi incorporada ao universo museal: a noção de patrimônio, pela qual os museus dos príncipes e dos reis passaram a ser museus das nações. A partir daí, as instituições museológicas refletiram, até hoje, seus padrões políticos, estéticos e de organização, trazendo para dentro delas os seus valores e as suas concepções de mundo (VASCONCELLOS, 2006, p.18-19).

Essas instituições de trajetórias multicentenárias são atualmente reinterpretadas e tem seu conceito ampliado "[...] dentro das perspectivas contemporâneas de ruptura das culturas hegemônicas e de um interesse mais aprofundado em distinguir, valorar e incorporar o maior número possível de manifestações culturais [...], como forma de consolidação de culturas emergente." (FALCÃO, 2003, p.51).

Os museus foram aos poucos deixando de ser local de "coisas velhas", onde nada se pode tocar ou fazer, passando a ser um espaço dinâmico, com função de centro cultural, com espaços para entretenimento, lazer e educação. A função social dos museus é repensada e as coleções ficam cada vez mais acessíveis aos visitantes das mais diversas origens, classes sociais e idades.

Novas práticas e teorias sinalizam a função social do museu, se contrapondo à museologia tradicional que elege o acervo como um valor em si mesmo e administra o patrimônio na perspectiva de uma conservação que se processa independentemente do seu uso social. Tratava-se de redefinir o papel do museu tendo como objetivo maior o público usuário, imprimindo-lhe uma função crítica e transformadora na sociedade. (JULIÃO, 2002, p.23)

Como crítica aos museus tradicionais (de história, de artes, história natural, entre outros) e a partir dessa nova forma de pensar o museu, surge na França, Portugal e Canadá, na década de 1970 os ecomuseus. Estes se caracterizam pela contribuição efetiva do desenvolvimento das comunidades e da educação patrimonial. É um instrumento de participação popular do território e no desenvolvimento comunitário (VASCONCELLOS, 2006). Surgem ainda os museus ao ar livre e museus jardim, tendo como base a preocupação com a ecologia e as formas dos homens se relacionar com a natureza.

Aprovado da 21ª Assembléia Geral do ICOM o Código de Ética para Museus estabelece um padrão global mínimo para museus, estruturado por uma série de princípios fundamentados em diretrizes de práticas profissionais recomendáveis. Entre estes se destaca a responsabilidade principal à proteção e a valorização do patrimônio contribuindo para salvaguardar o patrimônio natural, cultural e científico; o dever de promover seu papel educativo, de atrair e ampliar a visitação da sua comunidade e de compartilhar seus recursos e prestar outros serviços públicos como atividades de extensão.

O caso do Museu histórico Abílio Barreto: principais resultados da pesquisa

O Museu histórico Abílio Barreto (MhAB) é um museu público, subordinado a Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Sua função é promover o recolhimento, a preservação, a pesquisa e a divulgação do acervo histórico de Belo Horizonte. Sua finalidade é tornar público o acesso aos bens culturais preservados, fomentando, dessa maneira, a participação dos cidadãos na construção da memória e do conhecimento sobre a cidade.

O MhAB foi criado em 1935 pelo jornalista e escritor Abílio Barreto quando convidado para organizar o Arquivo Geral da Prefeitura. Ele passou a recolher documentos e objetos que deveriam integrar o futuro museu da história da cidade e, a partir de 1941, reuniu acervos de forma mais sistemática e em diferentes suportes, selecionados segundo duas grandes seções: peças originárias do antigo Arraial do Curral del Rei e peças relativas à nova capital. Paralelamente, promoveu-se a restauração do prédio escolhido para sediar o Museu: a casa da antiga Fazenda do Leitão, remanescente arquitetônico dos arredores do Arraial do Curral del Rei. Em 18 de fevereiro de 1943, a instituição foi finalmente inaugurada, com a denominação de Museu Histórico de Belo Horizonte. Em 1968, recebeu a denominação atual, em homenagem a seu idealizador e primeiro diretor.

A partir de 1993, um projeto de "revitalização" do MhAB redimensionou o espaço ocupado pelo Museu desde 1941. A história da "revitalização" do MhAB pode ser entendida como mais uma reinvenção da Instituição que provocou um deslocamento da sua imagem de "guardar o passado" para um "viver os tempos" (lembrar o futuro).

Para entender tal processo é preciso uma discussão em torno do processo de revitalização do museu. Em livro intitulado "Reinventando o MHAB - o museu e o seu novo lugar na cidade 1993-2003", Pimentel (2004) oferece uma avaliação crítica dos diversos projetos e ações que constituem o "processo de revitalização", sendo o próprio livro sua última ação. Segundo Pimentel (2004), Reis (2004) e Julião (2004), as condições para a implantação de novas sementes na cidade e no museu, iniciam-se em 1992, com a eleição do candidato da frente Popular, Patrus Ananias de Souza para as eleições municipais de Belo Horizonte, em função da sua identificação com os interesses populares. Os problemas dentro do cenário da cultura eram muitos, devido principalmente a pequena relevância atribuída a ela pelas administrações anteriores. Foi neste contexto que profissionais experientes como historiadores, arquitetos, sociólogos, professores tomaram a frente da administração do MhAB e aos poucos foram dando novos sentidos a sua concepção. O desafio destes novos profissionais era primeiramente, conhecer aquela realidade e, em segundo lugar, repensá-la. Assim, foi traçado um diagnóstico das maiores necessidades que resultou num mapeamento e elaboração de um plano diretor (executado a partir de 1993 e concluído em 2003).

Como marco inicial do "processo de revitalização" está a realização do "Fórum de Discussão e Elaboração de Propostas para o MHAB", que contou com a presença de especialistas do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), Universidade Federal de Minas Gerais e Secretarias Municipal e Estadual de Cultura. Segundo Pimentel (2004), foi em torno de três eixos que os profissionais se debruçaram:

- espaço físico: o espaço físico do casarão já não suportava mais as atividades administrativas, o acervo e o atendimento ao público. Era preciso a construção de um anexo.
- acervo: necessitava de um diagnóstico quanto a sua pertinência, estado de conservação e organização.
- concepção: o museu merecia atenção especial no sentido de alcançar a pluralidade das memórias da cidade através dos tempos, abandonando assim a concepção celebrativa do passado.

Fechando o documento gerado pelo "Fórum" recomendou-se a criação da Associação dos Amigos do Museu Histórico Abílio Barreto (AAMHAB)² que em 1994 foi fundada.

De acordo com Pimentel (2004), a aprovação na Câmara Municipal do projeto da Lei Municipal 6.498, lei de Incentivo a Cultura do Município, abriu grandes possibilidades de apoio aos projetos culturais, diminuindo o ônus orçamentário da nova administração. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e alguns vereadores apoiaram e juntaram forças para a implantação do plano diretor. Aos poucos a possibilidade de reformulação do espaço físico do Museu foi tomando forma e os arquitetos Álvaro "Veveco" Hardy e Mariza Machado Coelho foram contratados.

O desafio de criar o anteprojeto arquitetônico do anexo do MhAB foi viabilizado pela empresa BMG. Enquanto isso (de novembro de 1994 a maio de 1995) a AAMHAB se esforçava na elaboração do projeto de construção do anexo, na campanha de filiação de sócios e nos contatos com empresários. Fundamental parceria foi fechada com a Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações (SUCESU-MG) que possibilitou o contato e parceria significativa com 21 empresas, que de fato viabilizaram a construção do anexo (orçado em R\$ 1,6 mil-

hões).

Embora o orçamento do Museu não fosse generoso, por meio de leis de incentivo à cultura (municipal, estadual e federal) e da AAMHAB, criada em 1994, foi possível alavancar os recursos para o desenvolvimento de vários projetos, inclusive o principal deles, o de construção do edifício-anexo do Museu. (REIS, 2004, p.82).

Para Pimentel (2004) outro grande desafio era pensar em um anexo moderno ao mesmo tempo que não ofuscasse, mas pelo contrário, realçasse a singularidade do casarão. Esta única edificação remanescente do Curral del Rei ganharia um "vizinho" que lhe abriria portas para uma movimentada avenida da região. Na nova forma de pensar do museu estava a necessidade de se criar espaços inimagináveis no casarão, como um auditório para 100 pessoas, uma lojinha, um bar-café, uma biblioteca e espaços e salas adequadas às exposições.

Não foram poucas as dificuldades de se levar à frente discussões, planos, projetos e captar os recursos que viabilizassem a realização do projeto. O ineditismo da situação, uma vez que não se conhecia qualquer iniciativa semelhante em Belo Horizonte, fez com que os agentes envolvidos - poder público e entidades civis, coordenadas pela AAMHAB - tivessem que se desdobrar para buscar caminhos, definir orientações e inventar soluções que permitissem, de fato, a associação entre interesse público e social. O maior desafio estava em conciliar a real capacidade de investimento da Prefeitura de Belo Horizonte em um projeto cultural, percebido sem dúvida, como importante, com as especificações técnicas definidas como condição para o sucesso do "processo de revitalização" do Museu. (PIMENTEL, 2004, p. 25).

Tendo em vista a nova utilização dos espaços projetados para o anexo e a necessidade de se restaurar o casarão, a direção do Museu decidiu por sua restauração, movendo todo o acervo para um endereço no centro de Belo Horizonte. De acordo com Rodrigo (1997), a restauração da sede do museu, até então, durou seis meses e foram gastos R\$ 300 mil, vindos do tesouro municipal. O telhado, a parte hidráulica, o piso e o teto foram restaurados e realizaram-se a imunização e higienização do madeirame. A parte elétrica foi substituída e foi instalado um sistema de segurança. Todo o processo de restauração foi acompanhado pelo IPHAN.

Pimentel (2004) faz um balanço do que foi realizado, assim como as dificuldades geradas destacando:

- Apesar de tamanha ampliação do espaço físico e das possibilidades, surge uma enorme demanda de visitantes criando uma ocupação intensa das reservas de áreas técnicas de trabalho e dos espaços sociais.
- A atuação permanente do AAMHAB continua sendo fundamental na garantia da sustentabilidade do museu apesar dos recursos e pleno apoio da Prefeitura de Belo Horizonte. Parcerias são constantemente captadas e prorrogadas para a implantação de projetos musicais, exposições, publicações, tratamento do acervo, entre outros.
- O Museu passou de 10 funcionários (1993) para 60 (2003) o que demonstra notável avanço. Apesar disso, não existe uma estrutura de funções e cargos; os servidores públicos são cedidos por outros órgãos; muitos funcionários são contratados em regime de prestação de serviços, o que reflete em descontinuidade.
- Foi criada, em maio de 2003, a Comissão Permanente de Política de Acervo - (CPPA)

para discutir as demandas de doações de objetos por parte da comunidade, aquisições e descarte de acervo.

"Questão relevante para o sucesso do "processo de revitalização" do MhAB, e que não poderia deixar de ser considerada, é a manutenção das idéias que fundamentaram o projeto desde o seu início.". (PIMENTEL, 2004, p. 29).

Com todas essas mudanças, atualmente, o edifício-sede do Museu contém os espaços físicos para o funcionamento das áreas administrativas, técnicas e complementar, que contribui efetivamente para a ampliação do conceito do Museu como centro de convergência da história e da cultura. Entre estes espaços destacam-se o Ateliê de Conservação, Reservas Técnicas, Sala Usiminas (arquitetura arrojada, permitindo a criação de soluções museológicas inovadoras, numa linguagem contemporânea de exposição das coleções), auditório Itaú (tem capacidade de 100 pessoas e espaço para portadores de necessidades especiais), biblioteca, loja do MHAB (gerenciada pela AAMHAB) e o Café do Museu.

O acervo preservado no MhAB (objetos, acervo textual, icnográfico, fotográfico e bibliográfico) mantém-se em constante expansão por intermédio de sua política de acervos, formada por duas ações contínuas e sistemáticas: a aquisição de acervos e o processamento técnico de acervos.

De acordo com a instituição, a aquisição de acervos é:

[...] o conjunto de ações que visam incorporar artefatos às coleções do MHAB, preservando-os nas coleções da instituição. Além dos trabalhos de pesquisa que identificam e resultam em incorporação dos chamados acervos tradicionais, o MHAB também busca preservar os chamados acervos operacionais. Isso significa, concretamente, uma abordagem da própria cidade como objeto de pesquisa e musealização. Trata-se de uma decisão institucional, na medida em que propõe o rompimento de seus limites físicos e uma nova forma de se relacionar com a cidade. A Praça Sete de Setembro é o primeiro logradouro a ser tratado pelo Museu como acervo operacional. Nessa perspectiva, tem sido, desde 2003, objeto de estudo do MhAB, num trabalho contínuo de investigação e comunicação com o público (PBH, 2006).

O MhAB desenvolve o Programa de Educação Patrimonial que constitui em projetos educativos relacionados à proteção de bens culturais e à valorização de acervos sobre a história local e a memória social de Belo Horizonte. Entre eles destaca-se os cursos de educação patrimonial e tratamento técnico de acervo, dinâmicas e brincadeiras com jogos pedagógicos, intervenções teatrais realizadas por um arte-educador, apresentações de grupos de contadores de histórias, oficinas culturais, acervo em maquete e publicações como o álbum de figurinhas e o Almanaque MhAB.

Além disso, o Museu conta com o Programa de Difusão Cultural que tem por objetivo oferecer, sempre gratuitamente, uma variedade de atrações culturais a públicos diversos, reafirmando o papel do MhAB como lugar de disseminação e valorização da produção cultural local. Entre os programas destacam-se as apresentações musicais, teatrais e circenses, voltadas para o público infantil e apresentações musicais voltadas para o público adulto com artistas reconhecidos no cenário cultural da cidade e nacionalmente.

O novo MhAB e o turismo

Buscando compreender intimamente os motivos, dificuldades e desafios que levaram às intervenções no MhAB entre 1993/2003 e compreender a atual relação do museu com o turismo foi realizada entrevista com a autora do livro referenciado e atual diretora do Museu, Dra. Thais Pimentel. A mesma reafirma que a captação de recursos para a "revitalização" do MhAB se deu muito baseada no discurso de que a construção do edifício-sede do museu seria a primeira edificação específica para esse fim em Belo Horizonte, (tendo em vista que todos os outros museus até então, foram instalados em sedes não construídas para tal). Também foi de grande importância a proximidade das comemorações do centenário da cidade, que sensibilizava a população e a mídia na afirmação da identidade local, constituindo assim argumento precioso na captação de parcerias.

Em relação ao o Plano Diretor, a diretora do Museu coloca que existiu na verdade um Plano Diretor de ocupação do espaço (construído pelos arquitetos contratados para tal em 1994) e um complexo plano de ações planejada e executada pelo museu para a consolidação da "revitalização". Porém Plano Diretor, documento registrado como tal, não existiu.

Apesar de reconhecer o MhAB como atrativo turístico, a entrevistada diz que não existe relação direta entre o turismo de Belo Horizonte e o Museu. Mesmo este recebendo uma grande demanda de visitantes, poucos são turistas. Estes poucos turistas não chegam ao Museu por meio de ações voltadas para o fim de atraí-los, não há esta preocupação uma vez que os turistas não são o público alvo do MhAB. A divulgação do Museu como atrativo turístico é feita através de outros órgãos da prefeitura, como a Belotur - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte. Quanto aos projetos desenvolvidos pela equipe do MhAB que a Dra. Thaís identifica como de maior atratividade turística incluem-se as exposições realizadas no casarão e nas salas internas do edifício-sede e alguns projetos culturais como "Contando a História", "Teatro no Casarão", "Brincando no Museu", "Domingo no MhAB" e "Projeto 2 tempos", contemplados pelos programas de Educação Patrimonial e Difusão Cultural.

De acordo com a entrevistada o controle de visitação do MhAB é feito através do livro de assinatura das exposições, em que consta o pedido de nome, origem, profissão e idade, e através do agendamento de escolas e grupos de visitação. Nos eventos ao ar livre e os de dentro do auditório do edifício-sede é feita uma estimativa de público. Além disso, o museu, através da AAMHAB, aluga alguns espaços para terceiros, como eventos de lançamento de livros. Nestes eventos também é feita uma estimativa de público. Mensalmente sai uma publicação interna de nome Jornal do MhAB com estes números.

Sobre a questão referente ao que os turistas são levados a refletir ao entrar no museu, Dra. Thaís coloca que como em qualquer museu histórico, o turista é levado a pensar sobre a história da cidade e sobre o papel dos museus na atualidade. Ela esclarece que as exposições não são concebidas para turistas, porém quer que sua linguagem seja universal. A exposição permanente do casarão tem legenda em inglês, o que é uma ação nova da atual administração. Nas exposições médias as traduções não são feitas. Isso se dá pela ausência cultural brasileira de traduções e pelas prioridades que a administração tem que contemplar com orçamentos apertados.

Conclusões

A relação entre turismo e museus é particularmente desenvolvida na Europa e em outros locais como Estados Unidos e México. A maioria dos roteiros que passam por Paris, por exemplo, incluem uma visita ao Louvre, em Londres ao Museu Nacional, na Cidade do México ao Museu Nacional de Antropologia. Porém no Brasil esta relação é ainda incipiente, assim como o apelo cultural como um todo para o turismo.

É preciso entender o patrimônio como um conjunto dinâmico das manifestações culturais e os museus como um dos principais responsáveis na sua comunicação. Um programa de educação patrimonial se faz necessário para aqueles turistas despreparados intelectualmente e que podem colocar em risco os acervos. A elaboração de um guia básico de educação patrimonial, o acompanhamento de guias capacitados, a utilização de espaços (boletins jornais, revistas) para passar informações mais detalhadas, são formas de envolver o turista e educá-lo além de servir como mecanismo de divulgação do produto turístico cultural da região.

Devem-se reconhecer os museus como instrumentos de fortalecimento de identidade, e estes devem reconhecer sua importância como atrativo turístico. De acordo com Vasconcellos (2006), no Brasil a cultura e o turismo foram de forma equivocada considerados duas coisas distintas, sendo a primeira percebida como função do Estado e a segunda como da iniciativa privada.

O próprio turismo pode ser enxergado como fonte de sustentação para museus, uma vez que a cobrança de ingressos, venda de souvenirs, locação de espaços para eventos, oferta alimentar, publicações, etc, trazem recursos financeiros. No caso de museus públicos que muitas vezes não podem cobrar pelos serviços e produtos oferecidos, estes podem ser geridos e re-investidos através das associações de amigos.

Os museus devem manter diálogo com os órgãos municipais gestores do turismo, contribuindo para projetos culturais mais amplos que gerarão benefícios econômicos e sociais. Devem participar nas discussões relativas às leis, decretos e resoluções, ou seja, das políticas públicas que são instrumentos de planejamento.

Seria interessante também que houvesse diálogo entre os museus e as operadoras de turismo, pois são elas que elaboram, organizam e negociam os roteiros turísticos. Geralmente quando se trata de cultura, o turista não depende das condições climáticas para visitas diversas, além deste fator influenciar positivamente nas questões de sazonalidade no turismo.

É necessário também que as instituições museológicas façam constantes levantamentos do perfil dos turistas que os visitam, assim como aplicação de questionários no sentido de compreender as motivações e satisfações dos visitantes. Estes instrumentos são de extrema importância para planejamento interno dos museus, para a organização municipal do turismo e estatísticas federais.

O MhAB é um exemplo nacional de instituição atualizada e comprometida com a nova concepção de museologia. Os esforços de revitalização desde 1993 transformaram o museu no principal e mais moderno museu da cidade, inovando e estreitando sua relação com a comunidade local. O objetivo de imprimir uma nova abordagem museológica com as demandas atu-

ais foi atingido. Mesmo assim, a gestão do museu continua se esforçando para que através da pesquisa, informação, educação e lazer o MhAB continue sendo um centro de cultura dedicado à história e à memória de Belo Horizonte.

É necessário, porém, o estreitamento das relações do museu com as questões do turismo, principalmente a nível interno da instituição. As diversas atrações do museu constituem um forte atrativo turístico, porém não são especificamente pensadas como tal. A visitação técnica, por exemplo, que faz parte do programa de educação patrimonial, tem muito bem definido seu público alvo, porém não inclui os turistas.

Os profissionais dos museus devem estar abertos ao diálogo com profissionais do turismo, para que juntos possam planejar ações que visem as necessidades, anseios e demandas da comunidade e dos turistas.

Referências Bibliográficas

- ALFONSO, María José Pastor. El patrimonio cultural como opción turística. Horiz. antropol. [online]. out. 2003, vol.9, no.20, p.97-115. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2006
- AMARAL, Eduardo Lúcio G. Museu, memória e turismo: por uma relação de liberdade. In: MARTINS, Clerton (org.). Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar. 1 ed. São Paulo: Roca, 2006. p.51-76.
- BARRETTO, Margarita. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2002. 96p.
- BRASIL. Constituição (1988). Seção II - Da Cultura: Art. 216. In: Constituição da República Federativa do Brasil. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p.200
- CAMARGO, Haroldo L. Patrimônio e Turismo, uma longa relação: história, discurso e práticas. Revista Eletrônica Patrimônio: lazer & turismo, UNISANTOS/COEAE, Santos. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=33>>. Acesso em: 06 jun. 2006
- DIAS, Reinaldo. Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003. 226p.
- FALCÃO, Fernando Antônio Ribeiro. Uma reflexão sobre a utilização de museus como vetores de transformações urbanas: os casos dos Museus Iberê Camargo e Guggenheim Bilbao. 2003. 123p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ICOMOS. Carta de Turismo Cultural, 1976. Revista Eletrônica Museu. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/turismo/tur_cultural.htm#>. Acesso em 20 jul. 2006
- JULIÃO, Leticia. O Museu da cidade, dez anos depois In: PIMENTEL, Thaís (org.). Reinventando o MHAB - o museu e o seu novo lugar na cidade 1993-2003. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004. p.167-187
- _____. Apontamentos sobre a história do museu. Caderno de Diretrizes Museológicas I. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2002. p 15-28.
- MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In:

- MARTINS, Clerton (org.). Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar. 1 ed. São Paulo: Roca, 2006. p.39-50
- PBH - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Museu Histórico Abílio Barreto. 2006. 12p. Disponível em <http://portal1.pbh.gov.br/pbh/index.html>. Acesso em 6 jun. 2006
- PIMENTEL, Thaís (org.). Reinventando o MHAB - o museu e o seu novo lugar na cidade 1993-2003. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004. 190p.
- REIS, Érika de Faria. Planejar: por excelência uma atividade museológica. Dez anos de gestão democrática no MHAB In: PIMENTEL, Thaís (org.). Reinventando o MHAB - o museu e o seu novo lugar na cidade 1993-2003. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004. p.75-87.
- RODRIGO, Sérgio. Museu Abílio Barreto é reaberto. Estado de Minas. Belo Horizonte. 10 dez. 1997. Espetáculo. p.6.
- RODRIGUES, Marly. Preservar e Consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e patrimônio cultural. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.15-24.
- SILVA, Elsa Peralta. Patrimônio e identidade. Os desafios do turismo cultural. Revista Eletrônica Os Urbanitas, Portugal. Disponível em <http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html>. Acesso em: 17 set. 2005
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 124p.
- VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Turismo e Museus. São Paulo: Aleph, 2006. 78p. Coleção ABC do Turismo.
- VINUESA, Miguel Ángel Troitño. Turismo e desenvolvimento nas cidades históricas Ibero-Americanas: desafios e oportunidades. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org.). Turismo, Memória e Patrimônio Cultural. São Paulo: Roca, 2004. p.33-50.

Notas:

- 1 Considerados precursores dos museus, os gabinetes de curiosidades eram locais que os colecionadores guardavam objetos meramente curiosos e muitas vezes assombrosos.
- 2 A Associação dos Amigos do Museu histórico Abílio Barreto é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo proporcionar a participação da comunidade nas atividades do Museu. A entidade foi decisiva para o "processo de revitalização" do MhAB e tem sido parceira do poder público municipal no plano de gestão do Museu.